

o fomento de valores de solidariedade, perseverança, lealdade e disciplina, bem como uma maior integração social e dignificação pública da comunidade cabo-verdiana em Portugal;

Considerando as iniciativas em curso destinadas à juventude e ao desporto que a Câmara Municipal da cidade da Praia tem vindo a promover, com a finalidade de propiciar o desenvolvimento integral dos jovens, bem como o relacionamento com os clubes e associações de todo o mundo e designadamente com Portugal;

Considerando que a instituição tem, por isso, contribuído também para a afirmação internacional do desporto português, desenvolvendo uma acção notável de estreita colaboração com diversas personalidades e organismos desportivos nacionais;

Considerando, por último, que o mérito desportivo destes cidadãos, bem como a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal da Praia, constituem um exemplo de afirmação e vontade colectiva que importa destacar:

Determina-se:

É concedida a medalha de mérito desportivo à Câmara Municipal da cidade da Praia, nos termos dos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 55/86, de 15 de Março de 1986.

9 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

**Despacho conjunto n.º 93/2006.** — Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2006, publicada no *Diário da República*, n.º 5, de 6 de Janeiro de 2006, o Governo definiu as orientações genéricas para o processo de reestruturação da Casa Pia de Lisboa, designadamente através de um regime institucional transitório concretizado pelo Decreto-Lei n.º 10/2006, de 13 de Janeiro, que revoga o modelo de direcção da Casa Pia de Lisboa, previsto no Decreto-Lei n.º 50/2001, de 13 de Fevereiro, e cria uma comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa, na qual tem assento, por inerência, o provedor.

Pelo presente despacho conjunto, procede-se à nomeação da comissão instaladora e do provedor da Casa Pia de Lisboa, por se considerar que os ora nomeados possuem o perfil exigido para as funções a desempenhar, face à competência técnica e experiência profissional que evidenciam, como resulta do resumo das respectivas notas curriculares.

Assim, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, e nos termos conjugados dos artigos 1.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 10/2006, de 13 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — São nomeados, em comissão de serviço, os seguintes membros da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa:

- a) A licenciada Maria Joaquina Ruas Madeira, como presidente;
- b) O licenciado José Manuel Martins Lucas, como vogal;
- c) A licenciada Maria Manuela Machado Araújo, como vogal.

2 — É nomeada, em comissão de serviço, a licenciada Maria Catalina Batalha Pestana para o cargo de provedor da Casa Pia de Lisboa, sendo, por inerência de funções, vogal da comissão instaladora.

3 — As comissões de serviço dos ora nomeados cessam nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 10/2006, de 13 de Janeiro.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

17 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

### Nota curricular de Maria Joaquina Ruas Madeira

Licenciatura em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, concluída em 1969.

Funções e cargos desempenhados:

- Assessora principal da Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança;
- Vogal do conselho directivo do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, responsável pela área da Acção Social;
- Gestora do eixo prioritário «Promoção do desenvolvimento social», do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio — QCA III;
- Directora-geral de Acção Social;
- Comissária nacional do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza;

Presidente da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção;

Membro da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco; Consultora junto da Comissão Europeia no âmbito do Programa Comunitário Pobreza III;

Adjunta do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, responsável pela área da Acção Social;

Directora técnica de uma instituição particular de solidariedade social dirigida à 1.ª e à 2.ª infâncias;

Membro efectivo do Comité de Protecção Social no âmbito do Conselho de Ministros da União Europeia;

Membro da delegação nacional na Conferência Ibero-Americana de Altos Responsáveis para a Infância e Adolescência;

Membro da delegação nacional no International Symposium on Mobile Youth Work: living in de street — surviving in the streets;

Docente de cursos de mestrado e de pós-graduação da Universidade Nova e do Instituto Miguel Torga, de Coimbra.

### Nota curricular de José Manuel Martins Lucas

Licenciatura em Psicologia, na área de Psicologia Educacional, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada.  
Funções e cargos desempenhados:

Técnico superior consultor do Departamento de Emprego do IEFP;

Vogal do conselho de administração do Centro de Formação Profissional Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (CEFO-SAP);

Subdelegado regional da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP;

Secretário nacional-adjunto do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

Director de serviços da formação interna do Departamento de Recursos Humanos do IEFP;

Técnico superior consultor do núcleo de apoio à comissão executiva do IEFP;

Director de serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP;

Representante do IEFP no Conselho Regional de Saúde Mental;

Representante da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP no PEETI e no grupo de interlocutores regionais da Comissão para o Mercado Social de Emprego;

Director do Centro de Emprego do Barreiro;

Director do Centro de Emprego do Montijo;

Técnico da área de formação profissional e serviços educacionais na Ford Electrónica Portuguesa, L.ª;

Conselheiro de orientação profissional do Centro de Emprego do Montijo;

Assessor do Gabinete da Governadora Civil do distrito de Setúbal, no âmbito do Plano de Emergência da Península de Setúbal;

Integrado no Plano de Emergência da Península de Setúbal como responsável técnico do Internato do Centro Social e Paroquial de Santo André, Barreiro.

### Nota curricular de Maria Manuela Machado Araújo

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1976. Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Funções e cargos desempenhados:

Directora de serviços de Acesso ao Direito e aos Tribunais, do quadro da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial;

Chefe do Gabinete do Ministro Adjunto da Presidência do Conselho de Ministros do XIV Governo;

Directora de projecto da Direcção dos Serviços Jurídicos da Parque Expo 98, S. A.;

Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Assessora principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Técnica superior jurista do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública;

Assessora do Gabinete da Secretária-Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais do Governo de Macau;

Assessora do Gabinete do Governador de Macau, jurista no Gabinete do secretário-adjunto para a Educação, Saúde e Assuntos Sociais do Governo de Macau;

Técnica superior jurista do Instituto Cultural de Macau, e técnica superior jurista dos Serviços de Programação e Coordenação de Empreendimentos — SPECE e do Gabinete Coordenador da Habitação de Macau;

Adjunta do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo; Desempenho de funções de consultoria jurídica no Serviço de Estudos do Ambiente e nos Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério da Qualidade de Vida; Técnica superior jurista do grupo de trabalho dos contratos de desenvolvimento para a habitação do Fundo de Fomento da Habitação; Desempenho de funções técnico-jurídicas no Serviço de Contencioso e Notariado e no Gabinete de Estudos e Planeamento do Fundo de Fomento da Habitação.

#### Nota curricular de Maria Catalina Batalha Pestana

Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1982.

Curso de estudos avançados em Psicologia Educacional, equivalente ao *master* inglês, efectuado no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, e ministrado pela Universidade de Bristol, em 1987. Funções e cargos desempenhados:

Provedora da Casa Pia de Lisboa;  
Formadora no XIX e XXI cursos normais de formação destinados aos auditores jurídicos de justiça e subordinados ao tema «O trabalho infantil — realidade e forma de o erradicar», do Centro de Estudos Judiciários (CEJ);  
Membro da delegação portuguesa presente no 2.º Congresso Mundial sobre Exploração do Comércio Sexual de Crianças, Yokohama, Japão;  
Coordenadora da área escola do mestrado em Saúde Escolar da Faculdade de Medicina de Lisboa;  
Membro do júri da sessão do Tribunal Permanente dos Povos sobre «A violação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes: distanciamento entre a lei e a realidade vivida», São Paulo, Brasil;  
Membro da delegação portuguesa presente na 87.ª Conferência Internacional do Trabalho, Genebra;  
Directora do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, programa da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade;  
Representante do Ministério da Educação no grupo de trabalho de Educação para a Saúde nas Escolas — Comunidade Europeia;  
Membro do grupo de pilotagem da rede europeia das escolas promotoras de saúde — OMS, Comunidade Europeia e OCDE;  
Coordenadora nacional do Programa de Promoção e Educação para a Saúde do Ministério da Educação;  
Representante de Portugal no grupo de trabalho OCDE/CERI — Crianças e Jovens em Risco;  
Coordenadora nacional do Projecto VIDA do Ministério da Educação (Programa de Prevenção Primária da Toxicoddependência em Meio Escolar);  
Professora auxiliar da Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa, regente da cadeira de Análise Sócio-Histórica da Educação;  
Directora do Colégio de Santa Catarina da Casa Pia de Lisboa.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**Despacho conjunto n.º 94/2006.** — Considerando que a Prof.ª Doutora Lígia Barros Queiroz Amâncio, professora catedrática no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, é detentora de uma vasta e diversificada experiência profissional, como atesta o currículo publicado em anexo:

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 188/97, de 28 de Julho, e tendo em conta o artigo 23.º do diploma orgânico do XVII Governo Constitucional, aprovado pelo Decreto-lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de vice-presidente do conselho directivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia a Prof.ª Doutora Lígia Barros Queiroz Amâncio, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

#### Curriculum vitae resumido de Lígia Barros Queiroz Amâncio

Nasceu em 1954.

Licenciaturas em Psicologia (1976) e em Ciências da Educação (1977) da Universidade de Paris VIII. Obteve o grau de doutora em Sociologia, especialidade de Sociologia do Trabalho (1989), e agregação em Psicologia Social (1999) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

É docente de Psicologia Social no ISCTE desde 1978 e professora catedrática desde 2002.

A sua actividade de investigação tem sido desenvolvida, ao nível teórico, no quadro dos debates em torno dos modelos da identidade social e das representações sociais, com base em estudos empíricos sobre as categorias de sexo e as identidades de género.

No ISCTE foi presidente do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) (1989-1993), coordenadora institucional do Programa ERASMUS/SOCRATES (2000-2004), vice-presidente do conselho científico (2002-2004) e presidente do Departamento de Psicologia Social e das Organizações (desde 2005).

Foi presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) (1996-1998), delegada nacional no subprograma para as ciências sociais do Programa Quadro para a Ciência da Comissão Europeia (1999-2004) e membro do European Research Advisory Board (EURAB) (2001-2004).

**Despacho conjunto n.º 95/2006.** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 123/2003, de 18 de Junho, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de directora do Gabinete de Gestão Financeira da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a Dr.ª Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva, presentemente no exercício do cargo de directora-adjunta do Gabinete de Gestão Financeira da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por dispor do perfil adequado ao desempenho das funções para as quais agora é nomeada.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

#### Nota curricular de Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva

Habilitações académicas — licenciatura em Economia, com média final de 15 valores, pelo Instituto Superior de Economia, em 1977. Cargos assumidos:

Directora-adjunta do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), de 5 de Fevereiro de 2004 até à presente data;  
Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Lisboa e Vale do Tejo, 2000-2003;  
Directora regional de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999-2000;  
Directora de serviços de Gestão de Programas e Projectos de Ordenamento do Território da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1995-1999;  
Directora de serviços de Equipamento da Direcção-Geral do Ordenamento do Território, 1989-1994;  
Chefe de divisão de Programação da Direcção-Geral do Ordenamento do Território, 1988-1989;  
Chefe de divisão do Gabinete de Planeamento, Controle e Coordenação da Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano, 1985-1986;  
Monitora da disciplina de Estudos Aplicados de Economia, no Instituto Superior de Economia, 1976-1977.

Formação profissional:

Participação em 24 cursos de formação e aperfeiçoamento profissional nas áreas do planeamento, gestão, políticas comunitárias, inglês e informática, designadamente o curso de análise de sistemas, 1985-1986, com a classificação final de 15 valores;  
Participação em mais de 20 seminários e encontros, com apresentação de algumas comunicações.

Nomeações e representações:

Nomeações:

Representante do MCTES nas comissões mistas de acompanhamento dos contratos-programas celebrados entre